

# Aprovada a revisão do orçamento

por Marta Salomon  
de Brasília

O Congresso Nacional autorizou ontem a liberação de Cr\$ 2,5 trilhões para despesas da União. Os recursos estavam bloqueados há dois meses e meio, tempo que durou o impasse entre os parlamentares para a votação do projeto de lei da revisão orçamentária. Na falta de um acordo com o PT e o PDT, os partidos aliados do governo tiveram que encher o plenário à noite com a ajuda do PMDB e do PSDB. Dos 495 deputados, 314 estavam presentes e 264 votaram a favor do projeto, com pequenas mudanças introduzidas pela Comissão Mista de Orçamento.

A aprovação do projeto orçamentário foi computada como a primeira vitória do novo articulador político do governo, apesar de o ministro Jarbas Passarinho ter fracassado no entendimento com o PDT para a votação simbólica do projeto (ver quadro). O partido exigiu que as aposentadorias e pensões da Previdência Social continuassem atreladas ao salário mínimo e já estuda recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o reajuste bimestral dos benefícios, proposto pelo governo através da Medida Provisória 225.

A presença do novo coordenador político ajudou", atestou o líder do governo, Renan Calheiros (PRN-AL), que preferiu atribuir a vitória à mobilização dos parlamentares aliados.

Junto com a liberação dos recursos, o governo obteve na votação de ontem "carta branca" para remanejar recursos diretamente arrecadados pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Até o final do mês, os parlamentares deverão apreciar dois

outros grandes pedidos de suplementação orçamentária, já anunciados pelo governo para reajustar as despesas à inflação.

O crédito de Cr\$ 2,5 trilhões aprovado ontem destina-se a cobrir despesas com o funcionamento da máquina administrativa e amortização da dívida pública.

Na mesma sessão, os parlamentares aprovaram o orçamento de investimentos das estatais. O projeto impõe um corte de 44% nos investimentos em relação ao orçamento herdado do governo Sarney.

A principal modificação introduzida pelos parlamentares na revisão orçamentária já contava com o aval do governo. O relator

da Comissão Mista de Orçamento, deputado João Alves (PFL-SE), deslocou Cr\$ 3 bilhões da reserva de contingência (dotação para gastos urgentes e imprevisíveis) para atender a emendas dos deputados e senadores dirigidas às bases eleitorais.

Na tentativa de um entendimento com os partidos de esquerda, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, chegou a visitar a liderança do PT na Câmara pela manhã. Também chamou representantes do PDT para uma conversa e, apesar de não chegar a um acordo, ganhou pontos como articulador político. A abertura de um canal de negociação do governo com o Congresso já foi apelida-

da de "efeito Passarinho", por um parlamentar do PMDB.

O líder do maior partido na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), já investe num entendimento para permitir a recomposição dos salários. Ainda não há data marcada para a votação da medida provisória que fixa a política salarial. Os partidos de oposição insistem na reindexação dos salários. Ontem mesmo, o novo ministro já mostrou os limites à sua ação de articulador: Passarinho disse aos parlamentares do PDT que o reajuste mensal das aposentadorias e pensões havia sido barrado pela área econômica do governo.